Parte 1 - Migração e gênero

Gênero e migrações forçadas na América Latina e no Caribe: marcos de transição da agenda de pesquisa em torno de 2014

Rilton Gonçalves Bonfim Primo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PRIMO, R. G. B. Gênero e migrações forçadas na América Latina e no Caribe: marcos de transição da agenda de pesquisa em torno de 2014. In: SANTOS, M. L., ANUNCIAÇÃO, C. S., and CAVALCANTI, V., eds. *Migrações e identidades: várias óticas e perspectivas* [online]. Ilhéus, BA: EDITUS, 2017, pp. 49-68. ISBN: 978-85-7455-492-1. <https://doi.org/10.7476/9788574554921.0002>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

GÊNERO E MIGRAÇÕES FORÇADAS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: MARCOS DE TRANSIÇÃO DA AGENDA DE PESQUISA EM TORNO DE 2014

Rilton Gonçalo Bonfim Primo¹

Existem indefinidos elementos de gênero na tomada de decisão relativa a migrações forçadas globais, situações de refúgio e reassentamento, porém nem sempre são aproveitadas as possibilidades (ou satisfeitas as necessidades) de depuração dos debates diante de indícios de correlação positiva entre desterros e variáveis de gênero. Implícita a tal debate está a geopolítica que o condiciona.

Os primeiros quinze anos do século XXI têm sido testemunhas de inflexões em tendências. Novas opções de deslocamento e circulação, acordos de livre circulação e residência são exemplos vivos. Uma das viragens pode ser notada quando, em julho de 2014, o número de refugiados sírios no Brasil ultrapassou o de colombianos. Esta viragem já é creditada aos avanços da negociação de paz entre o governo da Colômbia e as Farc e, em maior medida, a adesão da Colômbia ao Acordo de Residência do Mercosul.

---

1 Consultor do Centro de Estudios por la Amistad de Latinoamérica, Asia y África (Ceala). Rua Inácio Acioly (Ordem Terceira), nº 7, Centro Histórico (Pelourinho). Salvador-Ba. Brasil. CEP: 40.020-036. *E-mail*: <ceala.consulting@hotmail.com>. Tel.: (+55) (71) 99203-2685.

Em relação à Síria, o fenômeno se explica por uma mudança jurídica ocorrida em 2013, a Resolução Normativa Conare n.º 17, de 20/09/2013, que dispõe sobre a concessão de visto apropriado a indivíduos forçosamente deslocados por conflitos armados nesta república árabe. Por este e por um conjunto considerável de outros eventos é possível abordar a questão das migrações forçadas e, dentro dela, as variáveis de gênero, na América Latina e Caribe, com ênfase no Brasil, Colômbia e Cuba, pelas características de uma transição de amplitudes regionais por volta de 2014.

Neste ano foram celebrados 30 anos do encontro de Cartagena e 60 da Convenção da ONU sobre o Estatuto dos Apátridas. Ainda em 2014, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) comemorou o 25º aniversário de atividades em Cuba, ano em que, naquele país, 384 pessoas de oito nacionalidades estavam refugiadas, 93% das quais desfrutando de bolsas governamentais, principalmente na educação superior (PRENSA LATINA, 2014). Ainda em 2014, não menos que 556 delegados de 30 nacionalidades e 21 estados brasileiros realizaram a 1ª Conferência Nacional sobre Migração e Refúgio (Comigrar), considerada pelo Acnur um marco histórico no debate migratório do país, sendo a primeira conferência feita com os próprios migrantes, refugiados e um apátrida, para discutir políticas migratórias².

Com efeito, culminando um participativo processo de 202 conferências regionais, nas quais 2,8 mil propostas foram elaboradas por 5,3 mil participantes. Este Comigrar fez aporte relevante para construção da Política e do Plano Nacional sobre Migração e Refúgio (Cf. NICOLA, 2014), além de ter sido uma preparação para o Cartagena+30³ e ter abrigado a *1ª Feira Nacional de Práticas*

---

2 A Comigrar aconteceu entre os dias 30 de maio e 1º de junho em São Paulo, coordenada pelo Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Justiça/Departamento de Estrangeiros, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério das Relações Exteriores.

3 O dialógico processo Cartagena+30 foi organizado pelo Governo do Brasil como país anfitrião, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) e o

de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias, evento que reuniu 15 projetos de enfrentamento ao tráfico, escravidão e defesa dos direitos dos refugiados e imigrantes e pelo qual foram firmados 47 acordos de cooperação entre os estados e as instituições para replicação no país. A propósito, na oportunidade, após seleção oficial⁴, três práticas receberam do Ministério da Justiça o *Prêmio Simone Borges*, cabendo o 1º lugar à ação *Mulheres em Movimento*, da ONG Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia (Só Direitos), com foco em gênero. Neste caso, a migrante em apuros é a do Brasil⁵.

De acordo com o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), dos 7.289 refugiados reconhecidos de 81 nacionalidades que estavam no Brasil até outubro de 2014 (incluindo reassentados), só 25% eram do sexo feminino. Uma refugiada a cada três refugiados, é desigual⁶. Muitas são abandonadas com filhos, netos, responsabilidades de saúde/educacionais, pesadas. Outras temem a forma como serão tratadas no exterior, desde o abuso ao tráfico de mulheres⁷.

Conselho Norueguês de Refugiados (NRC); após consultas sub-regionais preliminares, também em 2014: Buenos Aires (18 e 19 de março) para os países do Mercado Comum do Sul (Mercosul); Quito (9 e 10 de junho) para os países andinos; Manágua (10 e 11 de julho) para os países da Mesoamérica; Grande Caimã (10 e 11 de setembro) para a sub-região do Caribe.

- 4 A Comissão de Avaliação foi formalmente instituída pela Portaria da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça (SNJ/MJ) nº 106, de 6 de maio de 2014.
- 5 A Só Direitos chegou a publicar um livro homônimo à ação, subintitulado *Migração, trabalho e gênero em Belém do Pará*, alinhando onze histórias de vida de mulheres residentes no estado do Amazonas, mas que viveram, em anos recentes, a experiência migratória e retornaram ao Brasil. A edição do livro enquadrou-se no conjunto de atividades apoiadas, desde 2010, pela Iniciativa Global das Nações Unidas contra o Tráfico de Seres Humanos (UN.GIFT), e está disponível no Centro de Documentação do ACIDI.
- 6 Conforme a Pesquisa de Condições de Vida da População Refugiada no Brasil (CVPR) realizada pelo Núcleo de Estudos Populacionais da Universidade Estadual de Campinas (Nepe/Unicamp) em 2007, dentre os refugiados africanos, 63% eram homens e apenas 37% mulheres. Já entre refugiados latino-americanos a proporção verificada foi de 50%. Trata-se de explicar as proporções; não antes de traçar os perfis, sondar os fulcros.
- 7 “As transformações nas relações de gênero são ainda mais intensas no contexto migratório, pois predomina desde a decisão de migrar até as consequências do movimento,

Para Frisa M. Calegari, “a inserção do gênero como ferramenta analítica em estudos demográficos permitiria explorar outras dimensões da experiência migratória dos refugiados” (2014, p. 2).

Exatamente em 2014, o Brasil atingiu o ponto mais alto da série histórica em número de refugiados. Observemos os citados números do Conare, em perspectiva: Em 2014, acolhemos 2.320 refugiados, o que assinala uma inflexão e um marco. É um salto de 3,56 vezes em relação a 2013 (quando 651 foram aprovados) e de 11,66 vezes em relação a 2012 (quando só 199 pedidos passaram), conforme a Tabela 1.

TABELA 1 - Processos de Refugiados

Ano	2014	2013	2012
Solicitações	8.302	5.882	2.008
Deferimentos	2.302	651	199
Indeferimentos	160	636	596
Total de casos julgados	2.480	1.287	795

Fonte: Revista **Consultor Jurídico**, 2015.

O movimento ascendente foi mais acentuado que o número de pedidos, considerando o mesmo período, que foi de 2012 a 2013, de apenas 2,9 vezes e, de 2013 para 2014, de apenas 1,4 vezes. A explicação está em boa parte na mudança de trajetória de outra variável, qual seja, os indeferimentos, em drástica queda, de mais de 25%, de 2013 para 2014 em relação à alta de quase 7% entre 2012 e 2013; enfim há a eficiência de produtividade a considerar:

O Conare ampliou em mais de dez vezes o número de pedidos apreciados por reunião. A produtividade do órgão passou de 33 solicitações por plenária, em 2011, para 368, em 2014. Nos últimos três anos, o comitê afirma que as solicitações de refúgio

---

perpassando motivações, objetivos, planos, sonhos, possibilidades, limitações, dificuldades, retorno, entre outros” (CALEGARI, 2014, p. 2).

aumentaram na mesma proporção: de 1.138 em 2011 para 8.302 em 2014 (REVISTA CONSULTOR JURÍDICO, 2015, p.1).

Não é casual que, em torno de 2014, tantas datas tenham se celebrado. Traduzem contingências em tendências não dispersas, feixes de convergências históricas.

Refúgio e reassentimento por atratores de gênero

A refugiada/reassentada no Brasil encontra grave dualidade. Ao tempo em que avanços históricos são registrados, sobrevivências feminicidas exigem lei. As brasileiras vivem uma forma velada de ‘refúgio’, que não as lança pelos países afora, mas as mantém cativas, pelos brasis adentro. Tal condição adversa é um desestímulo às estrangeiras e o seu avanço é um sinal de boas-vindas a estas. Mas tal dualidade não é exclusividade brasileira, pelo contrário. É comum justamente onde há avanços. Machismos reatacam dissimulados, mesmo frente às Revoluções. Assim, ainda que lutas pela equidade de gênero não tenham sido esgotadas na primeira experiência socialista das Américas, é mantida pauta recidiva de reivindicações exigindo ambientes équos em mais setores da sua antroposfera:

Cuba se encontra entre os países com menor disparidade entre mulheres e homens no mundo, revela pesquisa divulgada pelo *World Economic Forum* (WEF). O ranking comparou 135 países, medindo as diferenças entre mulheres e homens em áreas como educação, saúde, economia e possibilidade de acesso a cargos políticos. De acordo com a lista, Cuba subiu 4 posições em relação à pesquisa de 2010, ocupando agora a 20ª posição e superando todos os países da América Latina e do Caribe, tendo uma alta porcentagem de mulheres tanto no parlamento como nos setores técnicos (ATAÍDE, 2012, p. 1).

Assim, poder-se-ia supor que, por razões de gênero, as cubanas tendem menos a migrar que as demais latino-americanas e que há, para as não cubanas em situação de refúgio para Cuba ou outros destinos, incentivos de gênero para preferirem a ilha, dado que nela têm acesso à educação, saúde, proteção e outros direitos. Mas é frágil uma inferência sem caracterizar de forma mais minuciosa as refugiadas/reassentadas, praticamente caso a caso, não bastando traçar um quadro sem comparar variáveis institucionais, socioeconômicas e culturais de gênero para estimar qualitativa e estatisticamente as conexões ou desconexões.

Dentro da área dos Estudos Migratórios há um grande debate sobre os fatores que impulsionam a migração, ou os condicionantes do ato de migrar. Bem como os limites entre a migração forçada (onde a pessoa migra para sobreviver) e a voluntária (em que há o critério da escolha pelo ato de migrar). Debate que mobiliza a área de estudo das migrações e as diversas abordagens sobre o fenômeno multicausal da migração. Do mesmo modo, surgindo críticas sobre até que ponto se escolhe migrar, haja vista que em muitas situações a pessoa humana se encontra numa realidade marcada pela vulnerabilidade e a marginalização social do país de onde provém. Como, por exemplo, falta de acesso a emprego e renda que garantam os meios necessários à vida plena do migrante e membros de sua família (DA SILVA, 2015, p. 1).

Estar refugiado é uma condição reconhecida oficialmente no Brasil quando a pessoa não pode ou não quer ficar em seu país de origem por “fundado temor de perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas”, Lei 9.474/97, lei clara. Todavia, vetores de deslocamento de grandes contingentes de pessoas existem entre países díspares, como entre o México e os EUA. Surgem até de mercados aquecidos, como a China, aos milhares. Buscam uma vida com mais poder aquisitivo e acesso a serviços/bens de consumo modernos. Assim, um milhão

de dominicanos atravessaram ilegais o canal da Mona rumo a Porto Rico, nas últimas duas décadas; à taxa de 110 mil por ano, marroquinos e subsaarianos tentam cruzar o estreito de Gibraltar clandestinamente e, em 2003, foram detidos 15.985 estrangeiros pobres na costa espanhola, em balsas (CARNEIRO, 2005). Claro, refúgio é categoria distinta da migração como variável das transformações econômicas da *globalização* (CUNHA, 2010). Este tema é particularmente revelador para Cuba. Em 2002, havia 33 mil cubanos em alguma situação de refúgio nos EUA, uma cena já em revisão.

O deputado republicano dos EUA, D. Rivera, frisou em 2012 a necessidade de modificações na Lei de Ajuste Cubano, segundo a qual um cubano que emigra para os EUA seria um refugiado. Como tal, gozaria de diversos benefícios e proteção sociais: casa, saúde, segurança, dinheiro. A Lei de Ajuste não só é a única deste tipo, como tem objetivos estritamente geopolíticos, e não vale para nenhum outro país ou pessoas “refugiadas”. Tem estimulado roubos de balsas, aeronaves etc. e assediado atletas, cientistas, artistas e profissionais notáveis, não perseguidos. O parlamentar admite e explica que, diferentemente de qualquer outro país do mundo, ocorre de “os cubanos procurarem asilo [*nos EUA*] de acordo com a lei e, logo em seguida, viajarem em férias para o país que os persegue”. Não cabe ingenuidades face à luta ideológica das economias de mercado para socavar as economias planificadas resistentes à oposição. Mídias noticiam com zelo casos de fuga *de* Cuba, ocultando que muitos fogem *para* Cuba. É raro admitirem que, há muito, auxiliam muitas repatriações sem e com o Acnur/ONU.

Aragón [do Acnur em Cuba] relatou que apesar de não ter presença em Cuba antes de 1989, através do Escritório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, muitos refugiados do Cone Sul americano, que desfrutavam de asilo em Cuba, receberam apoio do Acnur para se repatriar de forma voluntária. Comentou que existem aqui registros dessa assistência desde 1984, ainda que a maior intensidade das repatriações voluntárias ocorreu entre 1989 e

1993, um processo que se estendeu até 1998, época em que ajudaram 1.636 refugiados de 11 nacionalidades, fundamentalmente chilenos, para retornar a seus países, acompanhados de seus familiares. A presença do Acnur em Cuba, afirmou, está vinculada ao processo de independência da Namíbia em 1989 e mais especificamente à repatriação voluntária de milhares de namíbios que se encontravam refugiados em diferentes países, responsabilidade que a ONU atribuiu a Acnur. Cerca de 1.473 jovens dessa nação que estudavam em Cuba foram assistidos para retornar à Namíbia e participar nas primeiras eleições, de maneira que se estabeleceu pela primeira vez a presença do Acnur em Cuba. Entre outros momentos destacados do trabalho do escritório cubano, Aragón mencionou a chegada, entre 1991 e 1994, de 4.500 haitianos à zona oriental do país, depois do golpe militar que depôs o presidente Jean Bertrand Aristide. Foi um fato significativo pela função operacional para a proteção e assistência humanitária, precisou. O órgão internacional apoiou em 1992 o retorno voluntário de milhares de vítimas da guerra em El Salvador, operação que incluiu 290 mutilados que recebiam assistência médica em Cuba. A partir de 1994 e por solicitação do Governo cubano, o Acnur começou a apoiar aproximadamente 1.800 refugiados sarauís e sudaneses que tinham tal condição desde antes de vir à ilha para desfrutar de bolsas de estudos em escolas da Ilha da Juventude, município especial localizado ao sudoeste do arquipélago. O apoio tem compreendido uma modesta assistência material complementar das bolsas financiadas por Cuba, bem como o financiamento para a volta voluntária a suas comunidades de origem de 1.532 sarauís, uma vez graduados. Da mesma forma foram reassentados mais de 250 sudaneses e dezenas de estudantes de outras nacionalidades que se converteram em refugiados como resultado de fatos ocorridos em seus países de origem enquanto estudavam em Cuba, situações que lhes impediam de regressar em condições de segurança uma vez concluídos seus estudos (PRENSA LATINA, 2014, p. 1).

Porém, a este desafio da repatriação geral, soma-se o de reassentar a mulher.

Apenas 1% dos refugiados(as) no mundo já conseguiu reassentamento em um segundo país de refúgio, quando não se adaptou às condições do primeiro acolhimento, dadas, por exemplo, as complicadas condições de integração dos(as) refugiados(as) colombianos(as) no Equador e na Costa Rica, que os(as) têm feito procurar melhor destino que seu refúgio inicial, estando o Brasil entre os prediletos, até porque, desde 1999, há, entre o Governo do Brasil e o Acnur, firmado pelo art. 46 da Lei 9.474/97, o Programa de Reassentamento Solidário – PRS destinado a realocar pessoas que, na condição de refugiadas, foram assentadas no exterior e continuaram sofrendo perseguições, ameaças ou falta de integração. O PRS é executado através de convênios celebrados entre o Ministério da Justiça, por meio do Comitê Nacional para Refugiados – Conare, o Acnur e ONG's brasileiras, identificando áreas de cooperação e de determinação de responsabilidades (DOMINGUEZ; BAENINGER, 2015).

Assim, há hoje em torno de oito mil colombianos(as) vivendo regulares no Brasil. Lembremos que, após a adesão da Colômbia ao *Acordo de Residência do Mercosul e Associados*, colombianos(as) podem vir morar no Brasil sem exigência de vínculo prévio com universidade ou empresa para trabalhar ou estudar. A situação dos(as) refugiados(as), todavia, ainda não foi resolvida. Em pesquisa realizada em 2011 pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – Flacso com o Acnur, verificou-se: 87% dos 1.500 colombianos(as) entrevistados em Quito e Guayaquil acham que o Equador tem mais refugiados(as) que poderia, 81% acham que o Equador não tem condições econômicas de receber mais refugiados(as) e 52% dos(as) colombianos(as) se sentem discriminados em espaços públicos, no trabalho, na saúde e na educação, seja porque refugiados, por sua nacionalidade, cor da pele, pobreza e, fato a ser sublinhado aqui, *por ser mulher* (OLIVEIRA, 2012).

Mas qual o perfil das mulheres colombianas refugiadas/reassentadas e que sofrem com as questões de gênero? Que medidas já

são adotadas e quais outras poderiam ser nos países receptores face ao drama? Da mesma forma, o oficial do Acnur em Cuba, Alberto de Aragón, em entrevista exclusiva à Prensa Latina, enfatizou que dos 11 mil refugiados de 35 nações na ilha, cerca de oito mil tiveram apoio para regressar aos seus países de origem e outros foram reassentados em países terceiros (PRENSA LATINA, 2014). Porém, destes refugiados, quantas são mulheres e em que condições se refugiam e reassentam?

Pelo menos metade das pessoas deslocadas no mundo são mulheres adultas e crianças. Sem contar com a proteção de seus lugares de origem, seus governos e, em muitos casos, de estruturas familiares tradicionais, as mulheres encontram-se com frequência em situações de vulnerabilidade. Enfrentam os rigores de longas jornadas a caminho do refúgio, perseguição ou indiferença oficial e com frequência sofrem abuso sexual, inclusive quando já chegaram a um lugar aparentemente seguro. As mulheres não somente devem lidar com estas ameaças pessoais e com a consequente estigmatização social que muitas vezes carregam, mas também garantir a segurança física, bem-estar e a sobrevivência de seus familiares. Nos últimos anos, o Acnur tem desenvolvido uma série de programas especiais destinados a garantir, em igualdade de condições, o acesso das mulheres à proteção legal e à ajuda humanitária emergencial enquanto tentam reconstruir suas vidas (ACNUR, 2011, p. 1).

O Acnur e a ONU Mulheres anunciaram, em 2014, seu apoio a uma campanha para acabar com a discriminação de gênero, iniciativa internacional que foi lançada por uma coalizão de grupos da sociedade civil para pedir às nações que revejam seu ordenamento jurídico para que mulheres e homens tenham os mesmos direitos de cidadania. Conforme o Acnur, hoje 27 países ainda têm legislações nacionais que proíbem mães de passar a sua nacionalidade para os filhos. No mais, “as mulheres podem ficar numa situação vulnerável, apátridas, em mais de 60 nações que não permitem que

elas adquiram, mudem ou mantenham sua nacionalidade” (PORTAL VERMELHO, 2014, p. 1). Egito, Argélia, Indonésia, Marrocos, Quênia e Zimbábue estão entre as 11 nações que, nos últimos dez anos, concederam iguais direitos de nacionalidade a homens e mulheres. Sem subestimar o avanço recente, subsistem desigualdades espúrias.

Uma agenda de pesquisa em aberto

Análises recentes são devidas a observadores como M. Boyd e E. Grieco (2003), com seu *Women and migration*⁸. Não se pretende aqui uma revisão extensa, mas indicativa, dentro da qual cabe citar ao menos mais três aportes: o de D. Buscher (2010) na forma do seu *Refugee women: twenty years on* (Mulher Refugiada: vinte anos depois), o de E. Fiddian-Qasmiyeh (2010) com o *‘Ideal’ refugee women and gender equality*⁹ e o de E. Kraly (2013) intitulado *Behind and beyond disaggregation by Sex*¹⁰. Nem sempre os estudos são “específicos”.

Nas últimas décadas, o interesse nas diferenças entre homens e mulheres tem crescido na bibliografia sobre migração [...]. Todavia, a demografia ainda não incorpora essencialmente o gênero nos estudos migratórios. O migrante é na maioria das

---

8 Texto subintitulado *Incorporation gender into international migration theory*, cuja tradução livre ao português poderia ser: Mulher e migração: incorporação do gênero na teoria da migração internacional.

9 Publicado no volume 29 da *Refugee Survey Quarterly* de 2010, texto subintitulado *Mainstreaming in the sahrawi refugee camps: “Good practice” for whom?*, cuja tradução livre para o português poderia ser: Refúgio ideal para as mulheres e igualdade de gênero: principais tendências nos campos de refugiados saaraus: “Boas práticas” para quem?

10 Subintitulado *Forced migration, gender and the place of demography*, este artigo foi publicado em 2013 na Coreia do Sul, quando da XXVII International Population Conference. Sua livre tradução poderia ser: Aquém e além da desagregação por sexo: migrações forçadas, gênero e o lugar da demografia.

vezes tratado com a generalização masculina, e as pesquisas sobre migração feminina têm um caráter mais especializado. Logo, tais estudos tocam no tema da mulher, mas não necessariamente na questão do gênero (CALEGARI, 2014, p. 1).

Além das realizadas pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (2015), há algum tempo pesquisas sobre reassentamento de colombianas(os) no Brasil vêm sendo feitas pela Prof.^a Dr.^a Ângela F. Navia, em atividade pós-doutoral, na mesma linha junto à Fundação Casa de Rui Barbosa do Ministério da Cultura (FCRB/MinC) através do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura. Consta dos *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, realizado pela Universidade Estadual de Londrina, em maio de 2014, uma contribuição preliminar ao tema devido à Marília Calegari, doutoranda em demografia vinculada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH/Unicamp), na busca das “especificidades trazidas pela perspectiva de gênero no estudo da migração”, bem como das variáveis comparadas da “condição jurídica de mulheres e homens refugiados”, com ênfase nas migrações de crises.

Dois anos antes, Roberta Peres e Rosana Baeninger (2012) haviam aportado contribuição ao debate no *XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, na forma da análise *Migração feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero*. As autoras têm insistido, mas é ainda bastante aguardado o momento em que a perspectiva de gênero seja mais amplamente empregada como ponto específico da abordagem das migrações forçadas, lacuna a ser suprimida. A própria Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais poderá revisitar este solo fértil que semeou. Centros de excelência em pesquisas de gênero, como o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sobre a Mulher – Neim da Universidade Federal da Bahia, a Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea e o Programa de Políticas Sociais para a Cidadania da Universidade Católica de Salvador, assim como o

Núcleo de Estudos e Pesquisas de Juventudes, Identidade, Cidadania e Cultura, da mesma instituição, têm equipes aptas. Articulações institucionais para a geração e o tratamento periódico de dados primários são caminho aberto.

A Investigação do Nepo/Unicamp recebeu apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e as cooperações do Acnur, das Cáritas Arquidiocesanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, para “melhor compreender a condição de vida desses migrantes”, aplicando 280 questionários com 184 quesitos, revelando problemas. Pontuem-se aqui algumas das situações familiares mais encontradas nestes dois estados-refúgio sudestinos.

Com a migração, sobretudo das filhas dos chefes de família refugiados, e, em menor grau, das refugiadas no encalço dos pais refugiados, a participação das mulheres tem crescido de 46% (na década de 1990) para 58% nas possíveis reuniões familiares em situação de refúgio no Brasil (2007), sendo de seis anos a média entre a vinda do primeiro e do último membro da família. O padrão das situações em que o chefe da família é mulher é o de ela mesma ser a refugiada e a primeira da família a migrar, com idade média de 38 anos, reconstituindo, quando muito, apenas o fragmento mínimo das estruturas familiares anteriores, tornando-se *monoparentais*. Inferiu-se que os fenômenos não tiveram distribuição uniforme no tempo e que as assimetrias deviam ser explicadas “pelo contexto histórico do país de origem e/ou pelos avanços relativos à condição jurídica de refúgio no país de destino” (CALEGARI, 2014, p. 5), cabendo estudos.

Se na década de 1980, o padrão era o refugiado vir sozinho e de poucos países de origem, seguido por cônjuge e parentes, em sua maioria não refugiados; na década de 2000, as famílias passaram a ser constituídas mais expressivamente por pessoas refugiadas (68%) e suas origens passaram a ser bem mais diversas, vindas do Congo ou Iraque, Angola ou Colômbia. Se esta complexidade dramática é acessível à pesquisa, no contexto citado, muitas aguardam exame.

Na *Declaração do Brasil*, resultante do Cartagena+30, foram destacadas as questões de gênero, das crianças e adolescentes desacompanhados na América Central, bem como o compromisso assumido pelos trinta governos partícipes desta reedição de erradicar a apatridia na região em dez anos, tornando a América Latina e o Caribe a primeira zona geopolítica a pôr em prática a noção de que “toda pessoa tem direito a uma nacionalidade e que a apatridia é uma violação dos direitos humanos”. Não menos que 150 organizações da sociedade civil e organismos internacionais relevantes ladearam as trinta delegações oficiais nesta busca de nova atmosfera. O *Plano de Ação do Brasil*, igualmente resultante do Cartagena+30, foi declarado um “Marco de Cooperação e Solidariedade” e assumiu a forma de um *Roteiro Comum* de ações até 2024 para fortalecer a proteção e promover soluções duradouras para as pessoas refugiadas, deslocadas e apátridas na América Latina e no Caribe. Para mais clara identificação dos programas que compõem o núcleo deste *Roteiro* e daquela *Declaração*, após o encontro ambos foram submetidos a um processo adicional de consultas no âmbito do *Grupo da América Latina e do Caribe* (Grulac - Acnur), em Genebra, explicitando compromissos, entre os quais alguns mais gerais, como o de “reforçar o enfoque diferenciado em idade, gênero e diversidade, tanto nos procedimentos para determinar a condição de refugiado, como nas decisões sobre os pedidos de reunião familiar, conforme o caso”, e outros mais sub-regionais¹¹. O espírito “pró-equidade” deste reencontro foi captado pela professora de direito internacional na Universidade Federal do Paraná, Tatyana Friedrich, em panorama histórico:

---

11 Abertura do Capítulo Quarto do Plano de Ação: “A consulta sub-regional para a América Central destacou, no Triângulo Norte da América Central [El Salvador, Guatemala e Honduras], a migração por múltiplas causas, entre elas as ações do crime organizado transnacional, que geram o deslocamento de pessoas forçadas a escapar de suas comunidades de origem. Esta problemática impacta em particular os grupos em situação de maior vulnerabilidade, como mulheres, crianças acompanhadas, desacompanhadas ou separadas, e pessoas LGBTI. Ameaças, assédio, extorsão, recrutamento forçado, abuso sexual, violência de gênero e tráfico de pessoas são, entre outras, as principais formas de violência que afetam estas populações”.

A Declaração de Cartagena é um instrumento jurídico vigente, elaborado em 1984, que [...] tem o mérito de ter expandido a definição de refugiado estabelecida na Convenção da ONU, de 1951, além de ter se demonstrado muito efetiva nas respostas aos diferentes desafios, talvez justamente por seu caráter flexível e abordagem prática. Mas, como o número de refugiados, asilados e apátridas tem aumentado em grande escala na América do Sul e Caribe, tal como ocorre nas mais diversas partes do mundo, tem-se exigido uma nova abordagem jurídica e um novo foco das ações governamentais. Em relação às pessoas protegidas, há de se concentrar naqueles mais vulneráveis, como *mulheres*, crianças e adolescentes, bem como na população LGBT, *enfocando na igualdade de direitos*” (FRIEDRICH, 2014, grifo nosso).

O *Capítulo Primeiro* do citado *Plano de Ação* do Cartagena+30 fez este balanço:

A América Latina e o Caribe fizeram progressos significativos em matéria de proteção internacional e na busca de soluções, mas é essencial seguir avançando, através de um enfoque integral e diferenciado de idade, gênero e diversidade e a aplicação dos mais elevados padrões de direitos humanos, para garantir a proteção das pessoas refugiadas, deslocadas e apátridas. (FRIEDRICH,-CARTAGENA+30, 2014).

Mesmo apresentada assim, em linhas gerais, a situação chama a atenção pela sua delicadeza. Neste, como em todo assunto que envolve pessoas em posição vulnerável, valem depurações. Tanto mais ricos de detalhes são os estudos quanto mais fina a sensibilidade dos seus aparatos. Neste âmbito não caberiam “belas letras” para denunciar vicissitudes de nenhuma expatriada. Elas, todavia, existem alhures e guardam interesse epistêmico. Difícil esquecer-se da saraivada de remos com que Hugo desfez, na abertura do

Capítulo III do seu *Os Trabalhadores do Mar*, prejudgements sofridos por certa refugiada que trazia um garoto com ela:

Contava-se na terra que uma mulher, tendo consigo um menino, viera em fins da revolução, habitar Guernesey. [...]. Vivia sozinha com o menino, que, diziam uns, era seu sobrinho, outros, filho, outros, neto, e outros, coisa nenhuma. Possuía um dinheirinho, de que vivia pobremente. Comprara um pedaço de terra na Sergentée e outro em Roque-Crespel, perto de Rocquaine. A casa Tutu da Rua estava nesse tempo mal-assombrada. Havia mais de trinta anos que ninguém morava nela. Caía aos pedaços. O jardim, sempre inundado pelo mar, já nada produzia. Além dos ruídos noturnos e das luzes, a casa era particularmente aterradora por isto: se à noite se deixava sobre a lareira um novelo de lã, agulhas e um prato cheio de sopa, no dia seguinte de manhã encontrava-se a sopa comida, o prato vazio e um par de luvas feito. Pôs-se à venda aquele pardieiro com o diabo que estava dentro, por algumas libras esterlinas. Aquela mulher comprou-o, evidentemente tentada pelo diabo. Ou pela barateza. Fez mais do que comprá-lo, foi morar lá com o filho, e desde então a casa sossegou. “Esta casa achou o que queria”, dizia a gente da terra. Cessaram as aparições. Já se não ouviam gritos ao romper do dia. Já não havia outra luz além do sebo acendido à noite pela boa mulher. Vela de feiticeira vale a tocha do diabo. Esta explicação satisfez o público. A mulher utilizava o quarto de jeira de terra que possuía. Tinha uma boa vaca, de cujo leite fazia manteiga. Colhia frutas e batatas Golden Drops. Vendia, como qualquer outra pessoa, ervas, cebolas e favas. Não costumava ir ao mercado vender a sua colheita; mandava-a por Guilbert Falliot. O registro de Falliot mostra que ele vendeu para ela, uma vez, 12 alqueires de batatas chamadas de três meses, das mais temporãs. Fizeram-se na casa apenas os reparos necessários para se poder habitar nela. Só chovia nos quartos quando fazia muito mau tempo. Compunha-se de dois pavimentos,

um rés-do-chão e um celeiro. No térreo havia três salas; dormia-se em duas, comia-se na terceira. Subia-se ao celeiro por uma escada. A mulher cozinava e ensinava a ler ao filho. Nunca ia à igreja, e isto, depois de muito considerado, serviu para que a declarassem francesa. Não ir a parte alguma é coisa grave. Em suma, era gente que nada inculcava. [...]. Os vulcões arrojaram pedras, as revoluções homens. Espalham-se famílias a grandes distâncias, deslocam-se os destinos, separam-se os grupos dispersos às migalhas; cai gente das nuvens, uns na Alemanha, outros na Inglaterra, outros na América. Pasmam os naturais dos países. Onde vêm estes desconhecidos? Foi aquele Vesúvio, que fumega além, que os expeliu de si. Dão-se nomes a esses aerólitos, a esses indivíduos expulsos e perdidos, a esses eliminados da sorte: chamam-nos emigrados, refugiados, aventureiros. Se ficam, toleram-nos: alegram-se quando eles vão embora. Algumas vezes são entes absolutamente inofensivos, estranhos, as mulheres ao menos, aos acontecimentos que os proscreveram, não tendo rancores nem cólera, projéteis contra a vontade, espantadíssimos de o serem. Enraízam-se como podem. Não fazem mal a ninguém e não compreendem o que lhes acontece. (HUGO, 1979, p. 23-24).

A eloquência de Hugo pode não ter retratado com suficiente realismo o cenário das refugiadas, já a esta altura não apenas inofensivas e estranhas aos acontecimentos que as proscreveram, embora existissem casos semelhantes. Omissão derrisória seria continuar a descrever hoje o teatro das migrações forçadas descurando as dualidades de gênero (co)determinantes dos desterrados.

Referências

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS – ACNUR. **Mulheres Refugiadas**. Publicado em 2011. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/quem-ajudamos/dmr-20110/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

ATAÍDE, G. **Cuba é o melhor país da América Latina e do Caribe para ser mulher**. Matéria publicada em 16 de março de 2012. Disponível em: <<http://averdade.org.br/2012/03/cuba-e-o-melhor-pais-da-america-latina-e-do-caribe-para-ser-mulher/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

BOYD, M.; GRIECO, E. **Women and Migration**: Incorporation gender into international migration theory. Washington, DC: Migration Policy Institute: Migration Information Source, 2003. Disponível em: <<http://www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=106>>. Acesso em: 23 set. 2013.

BUSCHER, D. Refugee Women: twenty years on. **Refugee Survey Quarterly**, v. 29, 2010.

CALEGARI, M. Gênero e migração de crise no Brasil: reflexões iniciais. **Anais**. III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014.

CARNEIRO, J. A pobreza e as migrações: a transposição do conflito Norte/Sul para o interior do mundo desenvolvido. **Antropológicas**, n. 9, 2005. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

CUNHA, A. Migrações e desenvolvimento: Lógicas de terreno entre a Europa e a África. **Antropológicas**, n. 10, 2010. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

DA SILVA, D. **Gênero, Sexualidade e Migrações**: a realidade dos refugiados LGBTTI. Artigo publicado em 5 de fevereiro de 2015. Disponível em: <<http://migramundo.com/2015/02/05/genero-sexualidade-e-migracoes-a-realidade-dos-refugiados-lgbti/>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

DOMINGUEZ, J. A; BAENINGER, R. **Programa de Reassentamento de Refugiados no Brasil**. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/programa-reassentamento-refugiados.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

FIDDIAN-QASMIYEH, E. 'Ideal' Refugee Women and Gender Equality Mainstreaming in the Sahrawi Refugee Camps: "Good Practice" for Whom? **Refugee Survey Quarterly**, v. 29, n. 2, 2010.

FRIEDRICH, T. S. **A Declaração de Cartagena, 30 anos depois**. Gazeta do Povo. Texto publicado na edição impressa de 5 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/a-declaracao-de-cartagena-30-anos-depois-ch0cm9bosnfhzac7704o-29xe6>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

HUGO, V. **Os Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1979.

KRALY, E. Behind and Beyond Disaggregation by Sex: Forced Migration, Gender and the Place of Demography. **XXVII IUSSP International Population Conference**. Busan, Coreia do Sul, 2013.

NICOLA, N. 1ª Conferência Nacional sobre Migração e Refúgio é considerada um marco histórico. **Acnur**, Brasília, 4 junho de 2014. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/brasil-1a-conferencia-nacional-sobre-migracao-e-refugio-e-considerada-um-marco-historico/>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS (NIEM). **NIEM convida: Êxodos e refúgios: refugiados colombianos no Sul e no Sudeste do Brasil**. Disponível em: <https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/niem_rj/conversations/messages/13340> . Acesso em: 26 jun. 2015.

OLIVEIRA, A. "Tenemos Miedo de Nosotros Mismos". **A construção Social do Medo em uma Situação de Conflito Prolongado**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PERES, R. G.; BAENINGER, R. Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. **Anais**. XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP. Águas de Lindóia 2012.

PORTAL VERMELHO. **Agência da ONU para refugiados apoia campanha de gênero**. Artigo publicado em 30 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/244981-9>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

PRENSA LATINA. **ACNUR em Cuba: 25 anos de solidariedade e humanismo**. Matéria publicada em 8 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/245459-7>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. Brasil acolheu 2.320 refugiados e estrangeiros em 2014. **Boletim de Notícias Conjur**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-jan-13/brasil-acolheu-2320-refugiados-estrangeiros-2014>>. Acesso em: 12 jul. 2015.